

## Mapeamento da inclusão digital no Brasil

### Digital inclusion mapping in Brazil

### Mapeo de la inclusión digital en Brasil

#### **Adilson Vaz Cabral Filho**

Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF), junto ao Departamento de Comunicação Social e aos Programas de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano e de Estudos pós-graduados em Política Social. Coordenador do EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1787526384833274>.  
Email: [acabral@comunicacao.pro.br](mailto:acabral@comunicacao.pro.br)

#### **Eula Dantas Taveira Cabral**

Pesquisadora e funcionária da Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (UFF) e Ética e Política da Informação (IBICT). Doutora e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1180749525319069>.  
Email: [eula@ibict.br](mailto:eula@ibict.br)

### **Resumo**

A pesquisa analisa a inclusão digital no Brasil a partir das propostas de mapeamento da chamada "inclusão digital" promovida no país. Trabalha-se com pesquisa descritiva de iniciativas de referência sobre o tema que tratam de aspectos distintos, porém relevantes para uma ampla compreensão de suas implicações na sociedade. Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas, com apoio na literatura de referência a respeito dos conceitos abordados, que se propõe a apresentar perspectivas de futuros levantamentos que levem em conta aspectos relacionados com a afirmação da sociedade como sujeito da implementação e expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial da Internet, capaz de se apropriar dos processos em execução, bem como de suas políticas.

### **Palavras-chave**

Inclusão digital; apropriação social das TICs; democratização da comunicação; economia política da comunicação; governança da Internet.

### **Resumen**

La investigación analiza la inclusión digital en Brasil desde las propuestas de mapeo de la llamada "inclusión digital" desarrolladas en el país. Llévase en consideración la investigación descriptiva de las iniciativas de referencia sobre el tema, que se ocupan de aspectos distintos, pero importantes para una comprensión amplia de sus implicaciones en la sociedad. Trátase, por lo tanto, de una investigación bibliográfica y documental, mas allá de entrevistas, con soporte en la literatura de referencia a respecto de los conceptos abordados, que se consideran para presentar perspectivas de futuras reflexiones que lleven en cuenta aspectos relacionados con la afirmación de la sociedad como sujeto de la implementación y expansión de las Tecnologías de Información y Comunicación, en especial de la Internet, capaz de se apropiar de los procesos en ejecución, así como de sus políticas.

### **Palabras-clave**

Inclusión digital; apropiación social de las TICs; democratización de la comunicación; economía política de la comunicación; gobernanza de la Internet.

### **Abstract**

This paper analyzes digital inclusion in Brazil, based on mapping proposals of the so called digital inclusion in the country. Descriptive research of reference initiatives is considered in this subject, that deal with distinct, but relevant aspects for a broad understanding of its implications for the society. It is based, therefore, on bibliographic and documental researches, including interviews, with support in the literature regarding used concepts, with the proposal of presenting perspectives of future researches that take into account aspects related with the societies affirmation as subjects of implementation and expansion of Information and Communication Technologies (ICTs), in special Internet, that can be able to appropriate ongoing processes, as well as of its politics.

### **Keywords**

Digital inclusion; social appropriation of ICTs; communication democratization; political economy of communication; Internet governance.

As novas tecnologias vêm transformando o comportamento da sociedade. De acordo com Armand Mattelart (2000, p.120), “as novas tecnologias vêm alterar o modo de ver o planeta”. Observa-se que a cultura, o comportamento das pessoas, se transforma com as possibilidades tecnológicas disponibilizadas ao grupo onde estão inseridas, resultando em questionamentos de investigadores das áreas de comunicação e informação que não vêem nas tecnologias modernas apenas suas vantagens, mas que interferem no cotidiano social.

Para Juan Luis Cebrián (1999, p.55), “a mudança digital já foi catalogada por muitos sociólogos e historiadores como algo mais importante do que a Revolução Industrial do século XIX, e vaticinam que transformará os hábitos sociais ainda mais do que esta”. Hoje, verifica-se um grande número de pessoas em busca de equipamentos de última geração. Muitas, inclusive, se tornam fiéis às empresas que oferecem qualidade tecnológica em seus produtos. Isso, para Ciro Marcondes Filho (1994), não é bom, pois, “o homem, no momento em que transfere suas funções às máquinas, abre mão também de grande parte de sua autonomia em relação ao controle de suas coisas” (p.29).

No caso do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na sociedade, verifica-se que vem se motivando a implementação de diversos modos de fazer com que a população participe, em alguma medida, dessa transformação. Essas iniciativas são conhecidas, no Brasil, em torno da denominação de “inclusão digital”.

A “inclusão digital” no Brasil sempre foi vista como a participação da população no uso das TICs. Organizações - privadas ou públicas – proporcionam iniciativas no país destinadas a vários fins - aprendizado, inserção no mercado de trabalho, geração de renda – se propondo a minimizar a distância entre as pessoas e o avanço das TICs, perpassando a organização da economia, da política, bem como em atividades socioculturais da vida cotidiana.

A variedade das iniciativas se relaciona também aos múltiplos sentidos que o termo inclusão digital vem assumindo no Brasil, ou ainda, às diversas compreensões dessa aproximação entre sociedade e desenvolvimento tecnológico. De acordo com HAMELINK (2005, p. 104), “as sociedades concebem suas respostas a esses desenvolvimentos por meio de políticas, planos e programas, seja com iniciativas centralizadas ou com atividades descentralizadas, nos níveis nacional e local”.

O propósito da pesquisa é identificar e verificar as iniciativas de mapeamento das atividades de inclusão digital e de expansão da Internet no Brasil, buscando compreender como lidam com o conceito de inclusão digital em seus levantamentos e dialogando com a necessidade de se problematizar tais concepções e, principalmente, suas implicações junto à população. São analisados, ainda, aspectos sociais contidos nas concepções e na implementação dessas iniciativas de inclusão digital, buscando identificar princípios que aproximem as TICs da sociedade, que a conceba como sujeito dos processos implementados.

## 1. Mapeando os mapas

Os levantamentos sobre as atividades de inclusão digital no Brasil contribuíram, ao longo do tempo, para uma melhor compreensão, bem como para uma maior abrangência desse desafio. Ao consolidar e expandir as iniciativas em curso, ou mesmo ao descontinuar-las ou reorientá-las, seus atores vão promovendo uma trilha de modos mais eficientes ou adequados de lidar com os desafios de promover o acesso da sociedade ao desenvolvimento tecnológico.

A atividade de mapeamento destas iniciativas está relacionada à capacidade de traduzir sua extensão para algo determinado num plano bidimensional que, para efeito desta pesquisa, se trata do território brasileiro. Há, no entanto, outras construções políticas a serem consideradas quando da elaboração de tais levantamentos, que estão relacionadas aos sentidos que se atribuem à inclusão digital no Brasil.

A começar pelo próprio nome dessa atividade: inclusão digital, que permite a compreensão de que incluir a sociedade no meio digital é transferir conhecimento consolidado a setores da população que precisam ter acesso a ela, pois, sem esse acesso, seriam excluídos. Incluir, da perspectiva tecnológica, envolve apreender o discurso da tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim a capacidade de influir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão / alfabetização digital, de política pública e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins.

Permanece a carência de um conceito de inclusão digital mais amplo, que proporcione uma dimensão social e política para o papel que a tecnologia representa para a sociedade, relacionando-o à necessária expansão e ao escoamento das tecnologias, bem como com a implementação de projetos de softwares (programas), hardware (equipamentos e infraestrutura tecnológica de acesso, hoje impulsionados através das iniciativas das cidades digitais, existentes no Brasil e no mundo).

Este processo implicaria numa reorientação estratégica de posicionamento em relação ao propósito dos projetos de inclusão digital e, em especial, os de expansão do acesso à Internet, pois, ao invés de serem apresentados a um conhecimento já acabado sobre o que a tecnologia digital possibilita, a sociedade deveria manifestar suas demandas em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar, tornando-se, assim, sujeitas do processo de inclusão digital, afirmando sua cultura e, por conseguinte, sua cidadania.

Ao se verificar os mapeamentos existentes, relacionados a iniciativas específicas ou a uma apresentação visual do conjunto destas, busca-se evidenciar a necessidade de trazer as dimensões políticas implicadas, no sentido de se tentar compreender quais relações se desejam efetivamente estabelecer entre a sociedade e seu desenvolvimento tecnológico.

Portanto, este artigo reflete primeiramente a atuação do Comitê para Democratização da Informática, a ONG CDI, que identifica, através do seu Relógio da Inclusão Digital, a quantidade de pessoas incluídas a partir de suas atividades. Analisa o trabalho do IBICT,

através do seu Mapa de Inclusão Digital, que identifica projetos diversos na área em todo o Brasil. Trata da pesquisa do Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.br) intitulada TIC Domícilios, que mapeia e define o número de usuários domésticos da Internet no Brasil. E, finalmente, o Mapa da Inclusão Digital, lançado em 2012, pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Telefônica, que levanta o acesso, qualidade e uso da tecnologia digital.

Com essa análise não se pretende esgotar as possibilidades de mapeamento no país, mas identificar perspectivas distintas de tratá-lo, contribuindo para resgatar os sentidos políticos e sociais da atividade de inclusão digital e da expansão da Internet no Brasil e para o desenvolvimento de iniciativas de pesquisas e práticas que contribuam para estreitar a relações entre a sociedade e seu desenvolvimento tecnológico.

### 1.1 - Relógio da Inclusão Digital

O Relógio da Inclusão Digital é resultado da parceria entre a Organização Não Governamental (ONG) Comitê da Democratização da Informática (CDI), do Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da fabricante norte-americana de computadores Sun Microsystems e a United States Agency for International Development (USAID)<sup>1</sup>.

O CDI é uma ONG brasileira criada em 1995. Tem como missão “transformar vidas e fortalecer comunidades de baixa renda através do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs)”. Considera-se o “pioneiro da inclusão digital na América Latina”<sup>2</sup>. Registra em sua metodologia a combinação que faz entre educação digital, cidadã e empreendedora, com o objetivo de possibilitar às pessoas de baixa renda a criação de uma identidade social enfrentando os desafios de suas comunidades.

Atua no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Inglaterra, Espanha, México, Peru, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos através de seus escritórios regionais, nacionais e internacionais, presentes em centros urbanos e rurais, sejam comunidades de baixa renda, penitenciárias, instituições psiquiátricas e de atendimento aos portadores de deficiência até aldeias indígenas.

Já o CPS, atua desde 2000 na FGV<sup>3</sup>. Trabalha para ser referência na realização e divulgação de pesquisas acadêmicas e não-acadêmicas sobre os temas da realidade econômico-social brasileira. Presta serviços para governos, empresas e ONGs.

Tem como missão a promoção da inovação no pensamento social, aprimorando o desenho e a aplicação de políticas públicas; desenvolvendo métodos de pesquisa e de difusão de conhecimento; assessoria especializada; buscando incrementar o acesso da população ao conhecimento, fortalecendo o debate público de idéias.

A USAID, que em português significa Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, surgiu em 1961 e atua em mais de 100 países. Ela se considera um órgão independente do governo americano, responsável por programas de assistência econômica e humanitária em todo o mundo, a partir de atividades ligadas às áreas de educação, saúde, administração pública e justiça social. Faz parcerias com pessoas, instituições, em-

1 Juntos fundaram o Grupo de Ação para a Inclusão Digital (GAID).

2 Comitê para a Democratização da Informática. Quem somos. CDI. Disponível em <http://www.cdi.org.br/page/sobre-o-cdi>. Acesso em 20 abr.2012.

3 A Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi fundada em 1944. Atua na área de ensino, pesquisa e informação. Através de seus programas de graduação e pós-graduação e trabalhos aplicados, se considera um centro de qualidade e excelência.

presas, ONGs e governos dos países onde atua.

4 Sun Microsystems e Oracle Corporation. Disponível em <<http://www.oracle.com/us/sun/index.htm>>. Acesso em 12 jul.2012.

A fabricante norte-americana de computadores Sun Microsystems<sup>4</sup> é uma das empresas da Oracle Corporation. Trabalha com servidores e estações de trabalho (workstations) baseados nos processadores SPARC e, da AMD, nos sistemas operacionais Solaris e Linux, no sistema de arquivos de rede NFS e na plataforma Java. Foi fundada em 1982 e adquirida pela Oracle em 2010. Seu escritório no Brasil fica em São Paulo.

Assim, a partir da parceria entre o CDI, Fundação Getúlio Vargas (FGV), a fabricante norte-americana de computadores Sun Microsystems e a United States Agency for International Development, no dia 20 de novembro de 2002, foi lançado o Relógio da Inclusão Digital na escola de informática do CDI, na Vila Olímpica da Mangueira, no Rio de Janeiro (RJ).

5 "Brasil ganha relógio da inclusão digital". Homenews. Disponível em <<http://www.homenews.com.br/article.php?sid=462>>. Acesso em 20 abr.2012.

Contou com a doação a fundo perdido de 150 mil dólares do Banco Mundial. De acordo com a matéria "Brasil ganha relógio da inclusão digital" (2002), Rodrigo Baggio, fundador e diretor executivo da entidade, informou que o dinheiro seria usado "para consolidar propostas pedagógicas para o acesso dos brasileiros à informática e expansão do CDI para Uruguai, Chile e México"<sup>5</sup>.

6 Mapa da Exclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CDI, Sun Microsystems, USAID, 2003. FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cps/bd/MID/inicio.htm>>. Acesso em 20 abr.2012.

O Relógio da Inclusão Digital era considerado um contador simbólico, levando em consideração o número de pessoas que tinha acesso à informática em sua residência no Brasil. Era alimentado pelos dados mensais fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), comparando-os com as projeções de taxa de acesso a computadores feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ficava disponível online através do site do CDI. O sistema de medição complementava o projeto Mapa da Exclusão Digital<sup>6</sup>, que sugeriu ações emergenciais na área de tecnologia ao governo do presidente eleito, em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva.

7 NASCIMENTO, Thiago. Relógio da Inclusão Digital. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 10 de maio de 2012.

Ao se questionar o CDI sobre o Relógio da Inclusão Digital, o funcionário da área institucional do CDI, Thiago Nascimento (2012)<sup>7</sup>, explicou que o Relógio "servia não somente para identificar o número de usuários, mas também para sugerir ações emergenciais na área de tecnologia". Além disso, que "o sistema de medição funcionava alimentado por dados mensais fornecidos pela FGV".

8 MONTEIRO, Maria da Conceição. Relógio da Inclusão Digital. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 25 de maio de 2012.

Sobre o período em que funcionou, ninguém do CDI soube informar. Thiago Nascimento (2012) disse apenas que "não está mais em funcionamento". Maria da Conceição Monteiro (2012)<sup>8</sup>, secretária do Presidente do CDI, mediante pesquisas feitas com funcionários e nos arquivos do CDI, explicou: "não sabemos exatamente quando parou de funcionar. O relógio foi realizado através de uma parceria entre o CDI e FGV com o patrocínio de uma empresa de tecnologia, sendo o relógio extinto após o fim da parceria".

Em relação à contribuição do relógio na área de inclusão digital no Brasil, Maria da Conceição Monteiro (2012) enfatizou que "a ação foco da parceria, que foi absolutamente inovadora e relevante, gerou um mapa da exclusão digital, levantando dados importantes e, principalmente alertando a sociedade sobre o problema". Completou, ainda: "considerando a época, com a informática ainda no seu início no Brasil, o mapa da exclusão digital e o relógio da inclusão digital foram de extrema importância".

9 Relógio da Inclusão Digital. Inclusaoubc. Disponível em <<http://inclusaoubc.sites.uol.com.br/>>. Acesso 25 maio de 2012.

Como se pôde verificar, o Relógio da Inclusão Digital levantava o número de pessoas com acesso à informática em seus domicílios, a partir dos dados da FGV e do IBGE, mostrando quantos eram “incluídos” e quantos ainda precisavam sê-lo. Esse modelo ainda pode ser visto no blog Inclusão Digital<sup>9</sup> que mantém a imagem do Relógio, que era disponibilizada via site do CDI, com dados de 24 de março de 2004. O interessante é que a partir destes números fizeram um mapa dos excluídos e o enviaram ao governo federal.

Fazer o levantamento dos números pode ser considerada uma iniciativa interessante, tentando alertar a posição do Brasil em relação aos demais países no que diz respeito às TICs. Porém, o conceito de inclusão digital não pode se restringir a quem tem ou não um computador. É preciso ir além.

## 1.2 - Mapa da Inclusão Digital no Brasil

10 Missão do IBICT. Disponível em <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict/historico-1>>. Acesso em 12 jul.2012.

O Mapa da Inclusão Digital no Brasil (MID) é um dos projetos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Unidade de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que desde 2005 vem atuando nas áreas de inclusão social e digital. A missão do IBICT é “promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infra-estrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico”<sup>10</sup>.

11 Mapa da Inclusão Digital (MID). IBICT. Disponível em <<http://www.ibict.br/inclusao-social-e-popularizacao-da-ciencia/mapa-da-inclusao-digital%28midi%29>>. Acesso em 12 jul.2012.

Em 2006, o IBICT começou a trabalhar com o Mapa da Inclusão Digital no Brasil (MID)<sup>11</sup> que tem como objetivo mostrar as iniciativas, programas e projetos de inclusão digital dos agentes públicos e privados, propondo-se a “localizar os programas e seus respectivos pontos de inclusão digital (PID) existentes nos municípios brasileiros”<sup>12</sup>.

12 GASPAR, Anaiza Caminha. Mapa da Inclusão Digital no Brasil. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 21 de maio de 2012.

O MID, em 2006, iniciou suas atividades com um cadastro de organizações públicas e privadas que trabalhavam com programas de inclusão digital, buscando mensurar o avanço da inclusão digital no país.

Na fase inicial, a metodologia do MID foi a mesma adotada pela UNESCO, em setembro de 2005, com informações coletadas a partir de notícias e sites disponíveis na Internet. Hoje procura trabalhar com análise dos dados a partir de orientações de organismos internacionais ligados à gestão da sociedade da informação.

Destaca-se, ainda, que a coleta de dados, além de ser intermediada por agentes governamentais de inclusão digital, inclui o registro direto do Programa de Inclusão digital (PID), e sempre tenta lançar pesquisas para conhecer o funcionamento dos centros de inclusão digital no país. Além disso, registra-se, em sua metodologia, o censo realizado porta a porta no Estado do Maranhão, validando os dados cadastrais do MID naquele Estado.

De acordo com a Coordenadora Técnica do Projeto MID, Anaiza Caminha Gaspar (2012), tanto o Portal quanto o banco de dados estão passando por alterações estruturais e, “também, de plataforma. Adicionalmente estamos implantando junto ao banco de dados uma ferramenta de business intelligence (BI), razão pela qual toda a equipe está mobilizada para estudar essas melhorias”. Acrescenta, ainda:

Quanto à atualização dos dados, adotamos a seguinte metodologia para alimentação do Mapa da Inclusão Digital do IBICT (MID): (i) Envio das maiores bases de dados do Governo Federal por programas/iniciativas ao MID - os dados são atualizados semestralmente; (ii) Monitoração na Internet dos programas estaduais, municipais e terceiro setor (levantamento nos sites das secretarias de estados e municípios) - atualização semestral; (iii) Realização de pesquisas nos estados. A rigor o item III é extremamente dispendioso e só pode ser realizado com a adesão dos estados que realizam as pesquisas. Até o momento, só pudemos realizar duas pesquisas (a) Pesquisa Brasil; (b) Censo Maranhão, cujos relatórios estão disponíveis no portal.

13 Conforme consultas via Web feitas até o dia 12 de julho de 2012 no endereço <http://inclusao.ibict.br/index.php/mapa-de-inclusao-digital/sobre-o-mapa>

Entretanto, é fato que, apesar de se registrar no portal que o MID mostra um cenário atualizado, não é possível verificar se os números apresentados estão ou não atualizados, pois as tabelas e quadros não têm data. Além disso, o texto que explica o que é o Mapa é datado em 2006<sup>13</sup>. Porém, conforme esclarecimento da Coordenadora Técnica do Projeto MID, Anaiza Caminha Gaspar (2012), o portal é atualizado.

O portal disponibiliza o estudo referente à Pesquisa MID/Ibict 2007/2008 que leva em consideração os Centros Públicos de Acesso Pago no Brasil, de Acesso Gratuito no Brasil e o Censo de Inclusão Digital no Maranhão. Mas, descreve-se em seu portal, que o Mapa da Inclusão Digital no Brasil (MID) do IBICT oferece um cenário atualizado sobre os resultados das iniciativas de inclusão digital dos governos federal, estadual e municipal, setor privado e Terceiro Setor.

No que tange às atividades do Terceiro Setor, no portal descreve-se que essas atividades promovem a inclusão digital e a inserção da população menos favorecida com projetos que atendem as comunidades onde atuam. Exemplo disso são os Pontos de Inclusão Digital (PID) que têm computadores conectados à Internet para acesso ao público em geral.

O Mapa trabalha com os Pontos de Inclusão Digital (PID), ou seja, telecentros, infocentros, salas de informática. Os resultados do levantamento dos dados são organizados em um banco de dados, a partir de regiões administrativas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul); unidades da federação (UF); e categorias (Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal, Terceiro Setor e Universidades)<sup>14</sup>.

14 Mapa da Inclusão Digital no Brasil. Estatísticas. IBICT. Disponível em [http://inclusao.ibict.br/mid/mid\\_estatisticas.php](http://inclusao.ibict.br/mid/mid_estatisticas.php). Acesso em 12 jul.2012.

De acordo com a Coordenadora Técnica do Projeto MID, Anaiza Caminha Gaspar (2012), os Pontos de Inclusão Digital (PID), "proporcionam o desenvolvimento de habilidades cognitivas por meio do acesso às TICs, criação de conteúdos, entretenimento e comunicação com outras pessoas". Além disso, os PID incluem PID-Com: Pontos de Inclusão Digital Comunitários (PID-Gov: Pontos de Inclusão Digital Apoiados pelo Governo; PID-Ts: Pontos de Inclusão Digital Apoiados pelo Terceiro Setor; PID-Esc: Pontos de Inclusão Digital em Escolas; PID-Esc-Gov: Pontos de Inclusão Digital em Escolas do Governo; PID-Esc-Ts: Pontos de Inclusão Digital em Escolas do Terceiro Setor), e PID-Emp: Pontos de Inclusão Digital Empresariais. O Governo apóia os PID-Gov (federal, estadual e municipal), e os PID-Esc-Gov. O Terceiro Setor apóia os PID-Ts, e os PID-Esc-Ts. Os PID-Emp (Pontos de Inclusão Digital Empresariais) são apoiados pela iniciativa privada que são as lanhouse/cibercafés.

Para se ter acesso aos dados do MID, o portal oferece quatro abas: Mapa Simples, Geo-processado, Programas/Projetos e Estatísticas. Além disso, oferece mais duas abas possibilitando o cadastro e alteração dos dados do PID, classificado na ficha de cadastro como telecentro/infocentro; lan house/cibercafé; laboratório de informática; ou outro.

O MID apresenta o levantamento de locais que trabalham com computadores com ou sem acesso à Internet e que podem ou não oferecer cursos. Isso pode ser observado na consulta que se faz ao MID.

Na aba Mapa Simples aparece o mapa do Brasil. Cada Estado abre a possibilidade de consulta. Ao se clicar em um dos Estados aparece um formulário de busca sobre determinado PID (telecentro/infocentro, lan house/cibercafé ou laboratório de informática). Ao se escolher o PID, aparecem os Dados (nome e endereço, a que tipo de programa/projeto está ligado - como o GESAC); + Informações (somente as perguntas feitas na pesquisa em 2007 sem nenhuma resposta); e os Dados Socioeconômicos fornecidos pela RITs em 2006.

Na aba Geo-processado, trabalha-se quantitativamente com os números totais de PIDs e programas. Em Programas/Projetos disponibiliza-se um resumo de cada PID e o site, se for o caso, a partir de Estados e Municípios ou por ordem alfabética. Já na aba Estatísticas, trabalha-se a partir de gráficos o total de PIDs apoiados por Programas/Projetos, por Região ou por Estado.

Assim, diante do que é disponibilizado no MID, verifica-se que pode ser considerado mais uma contribuição na área de "inclusão digital" no Brasil. Porém, para o internauta que quer saber onde pode fazer um curso ou ter acesso à Internet gratuitamente, seus dados são insuficientes, pois não existe a preocupação em oferecer esse tipo de informação. Além do mais, o foco do MID se dá em iniciativas, não se propondo a apresentar nem analisar seus resultados.

### 1.3 - TIC Domicílios 2010

"TIC domicílios e empresas 2010: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil" (2011) é uma das pesquisas do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), criado em 1995 através da Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995, alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003. O objetivo do CGI.br é "coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados"<sup>15</sup>.

O CGI.br é formado por nove representantes do governo federal, quatro do setor empresarial, quatro do Terceiro Setor, três da comunidade científica e tecnológica e um de notório saber em assuntos de Internet, atuando conjuntamente nas decisões sobre implantação, administração e uso da rede. Destacam-se entre suas atribuições a coordenação de endereços internet (IPs) e do registro de nomes de domínios usando <.br>; estratégias sobre o uso e desenvolvimento da internet no Brasil; informações sobre os serviços internet, dentre outros.

Dentre as publicações recentes sobre pesquisas, destaca-se a "TIC domicílios e empresas 2010: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil"

15 Comitê Gestor da Internet no Brasil. Quem somos. Disponível em <<http://www.cgi.br/sobre-cg/definicao.htm>>. Acesso em 18 maio de 2012.

16 Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.31.

17 Pesquisa TIC Domicílios 2010. Coletiva de Imprensa. São Paulo, 28 de junho de 2011. CETIC. Disponível em <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2010/apresentacao-tic-domicilios-2010.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2012. P.5.

18 Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.111.

19 O termo "usuários de Internet" foi trabalhado como "aqueles que usaram a rede pelo menos uma vez nos últimos três meses" (Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010, 2011, p.115).

20 Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva

(2011), realizada em todo o país, incluindo áreas urbanas e rurais. Permite "uma análise aprofundada sobre o acesso e o uso das novas tecnologias, em particular a Internet, contribuindo assim para uma melhor compreensão sobre as várias dimensões do impacto das TIC na sociedade brasileira"<sup>16</sup>.

No que tange à parte TIC Domicílios 2010, o objetivo era "medir a posse, o uso, o acesso e os hábitos da população brasileira em relação às tecnologias de informação e comunicação (TICs)"<sup>17</sup>. A metodologia adotada levou em consideração o padrão internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Instituto de Estatísticas da Comissão Européia (Eurostat) e do Observatório para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (Osilac), pertencente à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe das Nações Unidas (Cepal).

Trabalhou-se com uma amostra principal de 23.107 domicílios, de 307 municípios, com cidadãos brasileiros com 10 anos ou mais, cuja coleta de dados, através de entrevistas feitas mediante questionário, ocorreu no período de agosto a outubro de 2010, além da amostra suplementar de 2.043 domicílios urbanos, com a coleta realizada em fevereiro de 2011<sup>18</sup>. É importante ressaltar que, em relação à amostra principal, somente 8.432 acessaram a Internet nos últimos três meses<sup>19</sup>, adicionando-se assim mais 1.500 entrevistas de usuários da Rede, resultando em 9.932 respondentes das questões específicas sobre o uso da Internet<sup>20</sup>.

Na pesquisa TIC Domicílios, em 2010, foram trabalhados oito módulos: 1. Acesso às tecnologias de informação e comunicação; 2. Uso do computador; 3. Uso da Internet; 4. Governo eletrônico; 5. Comércio eletrônico; 6. Habilidades com o computador/Internet; 7. Acesso sem fio (uso do celular); 8. Intenção de aquisição de equipamentos e serviços TIC.

Porém, as análises dos resultados se basearam nos seguintes temas<sup>21</sup>: 1. Infraestrutura tecnológica nos domicílios brasileiros, verificando tipos de computadores e velocidades e barreiras de conexão de Internet; 2. Usuários brasileiros de computador e Internet, análise do perfil em relação ao uso das TIC, locais onde acessa a Internet e uso do computador e da Internet; 3. Uso do computador e da Internet, descrevendo-se as atividades realizadas na rede; 4. Mobilidade no uso das TIC, levando-se em consideração as tecnologias móveis e os computadores portáteis.

Diante disso, verificou-se aumento de computadores nos domicílios brasileiros, ou seja, entre 2009 e 2010 passou de 32% para 35%<sup>22</sup>. No caso dos notebooks, passou de 5%, em 2009, para 8%, em 2010, sendo que nas áreas rurais "apenas 2% dos domicílios rurais possuem computadores portáteis"<sup>23</sup>.

No caso dos domicílios conectados à Internet, entre 2009 e 2010, passaram de 24% para 27%, sendo que na área urbana, foi de 27%, em 2009, para 31%, em 2010<sup>24</sup>. O acesso discado foi registrado em apenas 13% dos domicílios da zona urbana. Já as conexões de banda larga fixa, estão presentes em 68% dos domicílios urbanos com acesso à Internet<sup>25</sup>, sendo que na área rural, em 2010, registrou-se crescimento de 9 pontos percentuais. Conexões de banda larga móvel (modem 3G), nas áreas urbanas, registraram o crescimento

e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.125.

21 Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.133.

22 Ibid, p.138.

23 Ibid, p.170.

24 Ibid, p.143.

25 Ibid, p.146.

26 Ibid.

27 Ibid, p.138.

28 Ibid, p.171.

29 Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011, p.154.

30 Ibid, 2011, p.155.

31 O Mapa da Inclusão Digital está disponível em <http://cps.fgv.br/telefonica>

32 MAPA da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. FGV. Disponível em <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_texto\\_principal.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf)>. Acesso em 20 maio de 2012. P.5.

de 67%, em relação a 2009, e nas áreas rurais, 63%<sup>26</sup>.

Em relação ao local de acesso à Internet, as lanhouses, em 2010, ficaram em segundo plano. Quanto ao perfil do usuário de Internet, verificou-se aumento expressivo de usuários com menor grau de escolaridade e de classes sociais mais baixas.

No tópico mobilidade, em 2010, verificou-se o crescimento do uso de celulares por pessoas na zona rural, com baixa escolaridade e, também, na região Nordeste<sup>27</sup>. Registrou-se que os aparelhos celulares estão presentes em 84% dos domicílios brasileiros, resultando no crescimento de 6 pontos percentuais em relação a 2009<sup>28</sup>.

No que tange ao uso da Internet, a pesquisa revelou que em 2010 apenas 7% da população com Ensino Fundamental fizeram uso de serviços financeiros pela Internet, já em relação aos que possuem Ensino Superior, essa proporção chega a 31%<sup>29</sup>. Atividades como copiar ou mover arquivos e usar programas para edição de texto são as habilidades mais desenvolvidas entre os usuários, apresentando índices de 76% e 72% respectivamente<sup>30</sup>.

Diante disso, observa-se que a pesquisa TIC Domicílios, feita em 2010, dá um passo interessante sobre o que vem ocorrendo no cenário brasileiro em relação ao uso das TICs pela população. Possibilita a busca do entendimento de quem tem acesso à tecnologia e o que vem fazendo com ela. Oferece amostras para se buscar entender o que significa ser “incluído” digitalmente e se as pessoas sabem se apropriar ou não das TICs em prol de si mesmas e de sua comunidade.

#### 1.4 – Mapa da Inclusão Digital<sup>31</sup>

O Mapa da Inclusão Digital é resultado da parceria entre o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Fundação Telefônica. É considerado o primeiro de uma série de estudos sobre inclusão digital com o objetivo de “mapear diversas formas de acesso à tecnologia digital, sua qualidade, seu uso e seus retornos, proporcionando uma perspectiva de atuação integrada com outras ações cujas bússolas estão apontadas para o norte do desenvolvimento inclusivo sustentável”<sup>32</sup>.

Como visto anteriormente, o CPS trabalha com pesquisas sobre temas da realidade econômico-social brasileira. Já a Fundação Telefônica<sup>33</sup>, foi criada em 1998 para trabalhar com projetos sociais que busquem a melhoria na qualidade de vida de crianças e jovens. Atua no Brasil, Espanha, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

Desde 1999 no Brasil, a Fundação Telefônica faz projetos que têm como meta estimular a educação e a defesa dos direitos de jovens e crianças através de tecnologias voltadas para a comunicação e informação. Sua missão é “levar a crianças e jovens um país melhor através da educação e de ferramentas digitais que as preparem melhor para o momento em que estão vivendo”<sup>34</sup>.

O Mapa da Inclusão Digital tem como base o Censo 2010, suplementos Especiais

33 FUNDAÇÃO Telefônica. Disponível em <<http://www.fundacaotelefonica.org.br/Institucional/Quem-somos.aspx>>. Acesso em 12 jul.2012.

34 Missão da Fundação Telefônica. Disponível em <<http://www.fundacaotelefonica.org.br/Institucional/Missao.aspx>>. Acesso em 12 jul.2012.

35 MAPA da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. FGV. Disponível em <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_texto\\_principal.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf)>. Acesso em 20 maio de 2012. P.49.

36 Ibid, p.6.

37 Ibid, p.7.

38 Ibid, p.57.

39 Ibid, p.7.

40 MAPA da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. FGV. Disponível em <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_texto\\_principal.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf)>. Acesso em 20 maio de 2012. P.98.

41 Ibid, p.110.

de uso das TICs da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008, TICs Domicílios do CGI.br e dados do Gallup World Poll. Um dos objetivos do estudo “é reeditar a confecção do relógio da inclusão digital como forma de mobilizar atores em torno da causa”<sup>35</sup>.

Sua metodologia de pesquisa leva em consideração dois modelos logísticos binomiais; metodologia da diferença para comparar níveis de acesso em diferentes anos e localidades distintas; análise multivariada, trabalhando com simulador do acesso recente, verificando taxa de acesso domiciliar a computador e Internet. Além de um modelo econômico para avaliar o impacto controlado de variáveis socio-econômicas e espaciais sobre o uso da Internet.

De acordo com as investigações feitas pela FGV, o Mapa da Inclusão Digital registrou que o uso da Internet no Brasil se divide em: casa (57% de acesso); lan houses (35%); trabalho (31%); casa de amigos (20%); escola (18%); locais públicos gratuitos (5,5%). No acesso domiciliar observou-se que 80,7% é por banda larga e o restante por acesso discado<sup>36</sup>.

O acesso à Internet pode ser visto como item de consumo e lazer, mas acima de tudo propicia o acesso a serviços públicos, educação, trabalho e a própria busca de trabalho. Ou seja, quem tem Internet tem mais chance de continuar na classe AB, daí a importância de políticas públicas que combata a brecha de oportunidades digitais<sup>37</sup>.

Partindo dos dados do Gallup World Poll, verificaram que o Brasil tem 33% na rede e é o número 63 entre os 154 países mapeados pela FGV<sup>38</sup>. No entanto, registrou-se a partir da média nacional, que “o principal motivo da e-xclusão é a falta de interesse (33%) e o segundo a incapacidade de usar a internet (31%), ambos decorrentes dos problemas educacionais vigentes”<sup>39</sup>.

A falta de interesse ser a principal razão dos sem rede foi considerada uma surpresa para os pesquisadores. Assim, concluíram que as pessoas precisam conhecer e usar as possibilidades oferecidas pela Internet. E mais: que políticas precisam ser revistas, pois no caso do acesso público gratuito, observou-se que é utilizado por apenas 5,52% da população brasileira<sup>40</sup>.

Pobres precisam, acima de tudo, de oportunidade, e não de caridade. Oportunidades são representadas pela posse de ativos. Entretanto, não basta entender os determinantes do acesso e retorno de determinados ativos isolados, como cursos de informática ou os microcomputadores, mas é preciso olhar de maneira abrangente para todo o portfólio dos agentes e saber como os diferentes ativos interagem entre si. Complementariamente, em muitos casos, as pessoas dispõem de ativos, mas não conseguem aproveitar as oportunidades produtivas associadas à sua posse. Neste caso, as falhas não estão nos indivíduos, mas no contexto onde eles operam<sup>41</sup>.

## 2. Sobre o ofício do cartógrafo da inclusão digital

42 Ver link [http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=Portal\\_IBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Noticias&docid=D4D792FB6F512A69832579EB0043B92A](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=Portal_IBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Noticias&docid=D4D792FB6F512A69832579EB0043B92A)

43 MAPA da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. FGV. Disponível em <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_texto\\_principal.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf)>. Acesso em 20 maio de 2012.

Um olhar sobre essas atividades em seu conjunto denota uma crescente e aprimorada preocupação em diversificar mecanismos de avaliação ao longo do tempo, o próprio tempo, aliás, que é o da maturação da Internet no Brasil. Se, atualmente, os dados da Internet brasileira chegam a 79,9 milhões em 2011, segundo o IBOPE<sup>42</sup>, e penetração em 33% dos domicílios brasileiros, conforme o novo Mapa da Inclusão Digital (MAPA, 2012), resultado da parceria entre a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação Telefônica<sup>43</sup>, denotam a expansão da Internet no Brasil, por outro evidenciam a necessidade de melhor compreensão e investimento financeiro, educacional e político em sua consolidação.

O recém publicado Mapa da Inclusão Digital consideravelmente avança nesses aspectos e estabelece como parâmetro para uma compreensão mais atenta a respeito das peculiaridades do desenvolvimento tecnológico na sociedade. Tendo como referência o Censo 2010, realizado pelo IBGE, e a Gallup World Poll, realizada internacionalmente pelo Instituto Gallup, a pesquisa realizada pela FGV incorpora diversas formas de acesso à tecnologia digital, sua qualidade, seus usos e seus retornos. Dessa forma, busca contribuir com indicadores no âmbito do compromisso de uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio, que é a da conectividade universal, transmitindo indicadores e transformando-os “numa meta de governos não só nacionais como locais, setor privado e da sociedade, em âmbito não só nacional como local” (MAPA, 2012).

E aqui a Internet assume papel de carro-chefe no desenvolvimento das TICs, na medida em que se consolida atualmente em várias dimensões: a consolidação do comércio eletrônico e da publicidade online; o desenvolvimento de métricas e estratégias de otimização de mecanismos de buscas; a consolidação das mídias sociais; o avanço da mobilidade e seus aplicativos, bem como de soluções de geolocalização oferecem um panorama presente e futuro para mapeamentos e políticas em torno de sua consolidação. Um sinal bastante evidente do cenário que deve nortear esses futuros mapeamentos é o de que o número de tablets deverá ser maior do que o de computadores pessoais em todo o mundo em 2016, de acordo com uma pesquisa recém divulgada pela Forrester Research<sup>44</sup>.

Já foi-se o tempo, portanto, em que a cibercultura era compreendida como um espaço descolado do compreendido como mundo real. Seus estudiosos se referem, no máximo, a uma membrana que separa o acesso a ambientes específicos, como o dos jogos online (CABRAL FILHO; COELHO, 2011, p. 57). No entanto, boa parte de nossas atividades passam pelo disponibilizado na Internet, pública ou privadamente.

Os dados sobre o avanço do consumo e da consolidação das empresas na Internet não resumem os enfoques sobre sua significação na sociedade contemporânea. Para Fragoso et alli (2011, p. 17), a Internet pode ser tomada como objeto, local ou ainda, instrumento de pesquisa e, nessas três dimensões, é possível compreender que ao mesmo tempo em que se consumidores em torno da Web vão se tornando mais exigentes e atentos em relação a suas aquisições, é também crescente a demanda pela expansão de serviços que propiciem um acesso amplo, acessível e de qualidade à população, capaz de proporcionar efetivas mudanças educacionais, socioculturais e políticas na sociedade.

44 JESUS, Aline. Pesquisa diz que tablets serão mais vendidos do que PCs até 2016. 29/04/2012. Techtudo. Disponível em <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/04/pesquisa-diz-que-tablets-serao-mais-vendidos-do-que-pcs-ate-2016.html>>. Acesso em 20 maio de 2012.

A sociedade organizada em torno da realização da Cúpula Mundial para a Sociedade da Informação, realizada em duas etapas, nas cidades de Genebra (2003) e Túnis (2005), produziu um manifesto intitulado “Declaração da Sociedade Civil – Construindo Sociedades da Informação que atendam às necessidades humanas” (DECLARAÇÃO, 2003), cuja preocupação central era a de elencar os avanços demandados em relação à Internet com o conjunto dos direitos humanos relacionados ao desenvolvimento social e à promoção da cidadania.

Se hoje é possível tecer indicadores adequados a um mapeamento que seja reflexo do desenvolvimento tecnológico de determinadas sociedades, ainda é grande a distância da realização de políticas públicas continuadas, capazes de minimizar as desigualdades de acesso na sociedade em seus mais diversos segmentos.

O Índice de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI) da União Internacional das Telecomunicações (UIT) busca avançar nessa direção, trabalhando com um modelo baseado em três estágios: leitura (refletindo o nível de infraestrutura em rede e de acesso às TICs), o de intensidade (refletindo o nível do uso das TICs na sociedade) e o de impacto (refletindo o resultado / retorno do uso eficiente ou efetivo das TICs). Desse modo, é possível estabelecer o nível e a evolução do desenvolvimento das TICs ao longo do tempo num determinado país e/ou numa comparação entre países, bem como avaliar o potencial de desenvolvimento com base em capacidades e atributos disponíveis (MEASURING, 2011).

Para MARTIN-BARBERO, no seu Ofício de cartógrafo (2002, p. 5), “nos mapas o mundo recupera a singularidade diversa dos objetos”. Aplicada essa concepção às propostas de mapeamento da inclusão digital no Brasil, ao mesmo tempo em que se reconhece o aprimoramento das técnicas de mapeamento da inclusão digital aplicadas no país, se evidenciam as bases para a afirmação de políticas relacionadas ao amplo provimento de banda larga, à qualidade de acesso que permita a ampliação de usuários ativos, a empreendimentos de capacitação de escolas e outros locais de compartilhamento de conhecimentos a respeito dos usos da Internet e, por fim, de sua própria regulação e governança no país, estabelecendo relações e atribuições adequadas aos diversos setores da sociedade e afirmando a soberania do país em relação aos governos e mercados internacionais.

## **Referências bibliográficas**

“BRASIL ganha relógio da inclusão digital”. Homenews. Disponível em <<http://www.homenews.com.br/article.php?sid=462>>. Acesso em 20 abr.2012

CABRAL, Eula Dantas Taveira e CABRAL FILHO, Adilson Vaz. Não começou em Genebra, não vai terminar em Tunis: desafios a partir das organizações da sociedade civil para concretizar a sociedade da informação e do conhecimento. In Revista Eptic Online. Vol. VIII, n.1, jan-abr. 2006. Disponível em <<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/298/285>>. Acesso em 27 maio 2012.

CABRAL FILHO, Adilson; COELHO, Fabio. Realidades Sintéticas e MMORPGS para a Comunicação. Revista Comunicação Midiática, v.6, n.2, maio/ago. 2011, p.50-72.

CEBRIÁN, Juan Luis. A rede: como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação. 2ª. ed. São Paulo: Summus, 1999.

COMITÊ para Democratização da Informática. CDI. Disponível em <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em 20 abr.2012.

COMITÊ Gestor da Internet no Brasil. CGI. Disponível em <<http://www.cgi.br>>. Acesso em 18 maio de 2012.

DECLARAÇÃO da sociedade civil: Construindo Sociedades da Informação que atendam às necessidades humanas. Unicamp. Disponível em <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/boletins/construindo-sociedades-da-informacao-para-as-necessidades-humanas/>>. Acesso em 27/05/2012.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FUNDAÇÃO Telefônica. Disponível em <<http://www.fundacaotelefonica.org.br/Institucional/Quem-somos.aspx>>. Acesso em 12 jul.2012.

GASPAR, Anaiza Caminha. Mapa da Inclusão Digital no Brasil. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 21 de maio de 2012.

HAMELINK, C. J. Direitos humanos para a sociedade da informação. In MARQUES DE MELO, J; SATHLER, L. Direitos a comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

JESUS, Aline. Pesquisa diz que tablets serão mais vendidos do que PCs até 2016. 29/04/2012. Techtudo. Disponível em <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/04/pesquisa-diz-que-tablets-serao-mais-vendidos-do-que-pcs-ate-2016.html>>. Acesso em 20 maio de 2012.

LANÇADO no Brasil o Relógio de Inclusão Digital. 25-11-2002. Acesso Brasil. Disponível em <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=88>>. Acesso em 25 abr.2012.

MAPA da Exclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CDI, Sun Microsystems, USAID, 2003. FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cps/bd/MID/inicio.htm>>. Acesso em 20 abr.2012.

MAPA da Inclusão Digital. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012. FGV. Disponível em <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_texto\\_principal.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf)>. Acesso em 20 maio de 2012.

MAPA da Inclusão Digital (MID). IBICT. Disponível em <<http://www.ibict.br/inclusao-social-e-popularizacao-da-ciencia/mapa-da-inclusao-digital%28midi%29>>. Acesso em 20 abr.2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. Sociedade tecnológica. São Paulo: Scipione, 1994.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Ofício de cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MATTELART, Armand. A globalização da comunicação. Trad. Laureano Pelegrin. São Paulo/Bauru: EDUSC, 2000.

MEASURING the information society. International Telecommunication Union. ITU, Geneva, 2011. Disponível em <[http://www.itu.int/ITU-D/ict/publications/idi/material/2011/MIS\\_2011\\_without\\_annex\\_5.pdf](http://www.itu.int/ITU-D/ict/publications/idi/material/2011/MIS_2011_without_annex_5.pdf)>. Acesso em 27 maio 2012.

MELO, J; SATHLER, L. Direitos a comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

MONTEIRO, Maria da Conceição. Relógio da Inclusão Digital. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 25 de maio de 2012.

NASCIMENTO, Thiago. Relógio da Inclusão Digital. Entrevista concedida via email a Eula Dantas Taveira Cabral em 10 de maio de 2012.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2010 = Survey on the use of information and Communication technologies in Brazil: ICT Households and ICT Enterprises 2010 / [coordenação executiva e editorial/ executive and editorial coordination, Alexandre F. Barbosa; tradução/ translation Karen Brito Sexton]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2011.

PESQUISA TIC DOMICÍLIOS 2010. Coletiva de Imprensa. São Paulo, 28 de junho de 2011. CETIC. Disponível em <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2010/apresentacao-tic-domicilios-2010.pdf>>. Acesso em 25 de maio de 2012.

RELÓGIO da Inclusão Digital. 24/03/2004. Inclusaoubc. Disponível em <<http://inclusaoubc.sites.uol.com.br/>>. Acesso em 25 maio de 2012.

USAID. Disponível em <<http://brazil.usaid.gov/pt/node/33>>. Acesso em 10 jul.2012.